

António José da Rocha Coelho

**O Projecto Educativo da Rota
do Românico do Vale do Sousa**

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2006

António José da Rocha Coelho

**O Projecto Educativo da Rota
do Românico do Vale do Sousa**

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2006

António José da Rocha Coelho

O Projecto Educativo da Rota do Românico do Vale do Sousa

Orientação Pedagógica:

Álvaro Cidrais (Mestre)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de pós-graduado em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território

Sumário

A emergência dos processos de desenvolvimento sustentável coloca novas responsabilidades a todos os indivíduos e instituições. A Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS), enquanto projecto de dinamização turística, cultural e económica, poderá contribuir também para o fomento de actividades educativas que, além de a valorizarem, poderão catalisar conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos mais sustentáveis. Para isso, a RRVS terá de conceber um adequado Projecto, Serviço e Plano Educativos.

ÍNDICE

Introdução	8
Metodologia	9
I. Enquadramento da RRVS no contexto do Desenv. Sustentável e da Agenda 21	10
I.1 A Agenda 21 Local e o Desenvolvimento Sustentável	10
I.2 A Agenda 21 Escolar	12
I.3 O papel da Educação Ambiental	13
II. A RRVS e o seu Projecto Educativo	16
II.1 A RRVS – Objectivos	16
II.2 O Projecto Educativo da RRVS - Fundamentos	17
II.3 O Plano Educativo da RRVS	19
II.4 O Serviço Educativo da RRVS	20
II.5 O Serviço Educativo e os Projectos de Agenda 21 Escolar	22
II.6 O Programa de Informação e Interpretação da RRVS	24
II.7 O Plano Educativo da RRVS – Princípios Metodológicos	25
III. Enquadramento Curricular do Plano Educativo da RRVS	27
III.1 O Ensino Básico	27
III.1.1 O 1.º Ciclo do Ensino Básico	28
III.1.1.1 Educação para a Cidadania	30
III.1.1.2 Expressão Artística	30
III.1.1.3 Expressão Físico-Motora	32
III.1.1.4 Estudo do Meio	32
III.1.1.5 Áreas Curriculares Não Disciplinares	33
IV. Plano Educativo da RRVS – Programa de Actividades	35
IV.1 Objectivos Gerais	36
IV.2 Programa de Actividades	36
Conclusão	41
Bibliografia	43
Anexos	45

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Modelo do Questionário efectuado aos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Anexo II – Identificação dos Professores do 1.º Ciclo questionados no âmbito deste Trabalho

Anexo III – Evolução do N.º de Municípios e de Escolas Inscritas e Galardoadas no Programa Eco-Escolas (1996 – 2006)

Anexo IV – Distribuição por Distrito do N.º de Escolas Inscritas e Galardoadas no Programa Eco-Escolas em 2006

Anexo V – Rede Escolar Pública do Vale do Sousa. Ano Lectivo 2005/2006

Anexo VI – Plano Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Anexo VII – Expressão e Educação Plástica – Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem, Objectivos Específicos e Actividades que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Anexo VIII – Educação Físico-Motora. Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem e Actividades que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Anexo IX – Estudo do Meio – Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem e Objectivos Específicos, por Ano de Escolaridade, que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Introdução

O projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS) pretende transformar-se num instrumento de valorização turística e cultural e, por consequência, de fomento da base económica local e regional.

Para além do público mais generalista e dos “especialistas”, a RRVS foi estruturada igualmente em função das visitas e actividades, de carácter lúdico e pedagógico, a desenvolver por instituições escolares do ensino básico, secundário e superior.

No âmbito do trabalho de investigação final da Pós-Graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território, promovida pela Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, pretendemos lançar as bases de um possível Projecto Educativo associado à RRVS, dando um pequeno contributo para a futura ligação da estrutura coordenadora da Rota com os estabelecimentos de ensino do Vale do Sousa.

O citado Projecto deverá assentar, entre outros aspectos, na organização de uma estrutura técnica de apoio (Serviço Educativo) e na apresentação anual de um documento (Plano Educativo) que incluirá as iniciativas e actividades a desenvolver pela RRVS junto da comunidade escolar.

No quadro dos princípios do desenvolvimento sustentável, traduzidos na Agenda 21 Escolar, este trabalho poderá ser também considerado como um instrumento de apoio às escolas, sobretudo do ensino básico, na execução de projectos de educação ambiental (e patrimonial) que tenham como suporte a RRVS.

O público-alvo da proposta de intervenção pedagógica que aqui se apresenta é a comunidade escolar do 1.º ciclo do ensino básico do Vale do Sousa. As razões que justificam esta escolha prendem-se basicamente com quatro aspectos:

- Maior adequação da escala dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo a este tipo de projecto educativo;

- Maior flexibilidade na gestão e desenvolvimento das componentes curriculares do 1º ciclo;
- Facilidade de enquadramento curricular das actividades e medidas a desenvolver, favorecendo a eficaz realização dos objectivos do projecto;
- População mais jovem, cujo pensamento está voltado para a aprendizagem concreta promovida pelas vivências do meio local e, tendencialmente, mais receptiva a novos conhecimentos e a processos de mudança.

Metodologia

O processo de concretização do presente trabalho registou três momentos essenciais. Numa fase inicial procedemos à exploração das fontes de informação validada, de cariz bibliográfico, estatístico e promocional. Neste aspecto, além dos documentos oficiais do Ministério da Educação, merecem destaque as informações recolhidas nos estudos de enquadramento da Rota do Românico, materializados no Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da RRVS (DHV FBO, 2004 a e b).

Num segundo momento procedeu-se à análise e interpretação dos elementos documentais reunidos e formulamos a proposta para o Projecto, Serviço e Plano Educativos da RRVS. Para uma maior clareza na apresentação dos resultados, elaboramos alguns quadros – síntese que incluímos na secção dos anexos deste trabalho.

Por último, apresentamos a citada proposta e efectuamos um pequeno questionário (Anexo I) a cinco professores do 1.º ciclo (Anexo II), seleccionados de forma aleatória, para validarem alguns aspectos essenciais para este trabalho:

- O grau de conhecimento dos professores sobre o projecto da RRVS;
- A pertinência do nosso Plano Educativo e respectivo programa de actividades no âmbito dos conteúdos programáticos do 1.º ciclo do ensino básico;
- Avaliar o interesse dos docentes em aderir e participar nas actividades do citado Plano;
- Analisar a capacidade e as principais dificuldades das escolas do 1.º ciclo no desenvolvimento de eventuais projectos de educação ambiental, no quadro da Agenda 21 Escolar.

O projecto da Rota do Românico pretende afirmar-se não apenas na região do Vale do Sousa¹, mas igualmente noutros contextos territoriais. Deste modo, para conferir os aspectos citados junto de professores do 1.º ciclo que exercem a sua actividade profissional fora do Vale do Sousa, efectuamos também o questionário a dois professores de um município próximo – Marco de Canaveses. Todos os docentes, incluindo os três que leccionam em Penafiel, responderam de forma interessada e bastante similar às diversas questões. As suas observações, correcções e sugestões promoveram algumas reformulações da nossa proposta global, contribuindo para o seu enriquecimento.

I. Enquadramento da RRVS no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21

I.1 A Agenda 21 Local e o Desenvolvimento Sustentável

Em 1992, no Rio de Janeiro, mais de 160 países participaram na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento para discutir os vários problemas sociais, económicos e ambientais sentidos a nível mundial.

Dessa Conferência do Rio, também conhecida por Cimeira da Terra, resultou um importante documento – a Agenda 21. Este acordo, que mantém toda a actualidade, visa a definição de um plano de acção multi-sectorial, englobando um conjunto de estratégias para inverter o processo de degradação ambiental, através do incentivo à criação, por parte das autoridades e instituições (locais, regionais, nacionais e internacionais), de instrumentos que permitam atingir um desenvolvimento sustentável em todos os países.

A Agenda 21 revela um carácter inovador, na medida em que associa a resolução dos problemas globais, como a degradação do ambiente e da pobreza, a uma acção concertada ao nível local – “Pensar Globalmente, Actuar Localmente”. No seu Capítulo 28 foi reconhecida a importância da participação e cooperação das autoridades locais para o cumprimento dos objectivos da Agenda 21 devido à sua influência sobre a economia local e, como nível de governo mais próximo das pessoas, pelo seu crucial papel na educação e mobilização do público para a promoção do almejado desenvolvimento sustentável. Deste modo, a Agenda 21 incentiva cada autoridade local a desencadear a sua própria Agenda 21 Local.

¹ Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

A autarquia tem o papel fundamental na promoção da Agenda 21 Local. Este processo deve ser abordado de forma aberta, dinâmica, criativa e gradual, com a integração do conceito de sustentabilidade nas políticas e actividades do município e com crescente consciencialização e formação de toda a comunidade com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A participação pública constitui um dos pilares essenciais deste projecto, permitindo uma gestão do município assente em processos de decisão integrados e envolvendo – e responsabilizando – a comunidade e a autarquia.

Em 1994, na cidade dinamarquesa de Aalborg realizou-se a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, organizada pelo Conselho Internacional para as Iniciativas Locais (ICLEI). As autoridades locais presentes comprometeram-se a desenvolver programas a longo prazo com vista à sustentabilidade urbana, ou seja, à implementação de Agendas 21 Locais.

As cidades que assinaram a Carta de Aalborg, reconhecendo que o actual modelo urbano de vida é o principal responsável pela destruição do ambiente, assumiram a responsabilidade pela resolução das suas próprias dificuldades e desequilíbrios, num trabalho a desenvolver em estreita articulação com as suas comunidades, em busca do desenvolvimento sustentável.

Apesar dos compromissos assumidos, o processo de Agenda 21 Local em Portugal, ao contrário de outros países, encontra-se numa fase de desenvolvimento, segundo Schmidt et al. (2005), ainda muito incipiente sendo poucos os municípios que actualmente estão a planear ou a executar um Plano de Acção ou de Sustentabilidade. Entre as honrosas excepções contam-se S. João da Madeira, S. Tirso e as nove cidades portuguesas integradas no Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular². Destaque igualmente para o projecto “Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto”, promovido pela “Lipor” e pelos oito municípios³ abrangidos pelos seus serviços. Este projecto foi iniciado em 2003 e ficará concluído no corrente ano com a divulgação de um Plano de Acção com as principais medidas concretas na área do ambiente que são essenciais à região e habitantes do Grande Porto.

² O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular abrange um total de 18 cidades. As portuguesas são: Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, V.N. de Gaia e Vila Real.

³ Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

I.2 A Agenda 21 Escolar

O exercício da cidadania não é inato, é construído através da aprendizagem. Para além das autarquias, as escolas detêm esse papel. Alunos, professores, auxiliares de acção educativa constituem uma comunidade dotada de massa crítica e capacidade para implementarem projectos sociais e ambientais, capazes de alterar, progressivamente, os hábitos e valores da sociedade, reproduzindo práticas sustentáveis a partir de uma escala reduzida. As escolas poderão assumir, deste modo, um papel fundamental no processo de implementação de Agenda 21 Locais.

Os jovens não são apenas, como habitualmente se refere, os cidadãos do futuro mas também do presente. Estão normalmente mais receptivos a novas informações e a mudanças de comportamento. Apesar da idade, têm também o direito de participarem na construção da sociedade e de assumirem responsabilidades em prol de valores e objectivos comuns.

A Agenda 21 Escolar é um processo que se relaciona directamente com a educação para a sustentabilidade e em que a comunidade escolar concebe um Plano de Acção para atingir um desenvolvimento sustentável à escala da própria instituição e do meio envolvente. “A Agenda 21 na Escola não é mais um projecto: é na verdade o chapéu dos projectos” UCP (2004, p. introdutória).

Naturalmente, o arranque de uma iniciativa deste tipo dependerá de um conjunto limitado de professores que “ (...) tenham a visão de futuro, o espírito inovador e o empenho pessoal imprescindíveis para implementar a Agenda 21 na Escola” (idem, p. introdutória). Deverá ser constituído um grupo coordenador que assumirá a responsabilidade de impulsionar o projecto junto dos restantes membros da sua escola, através da organização de actividades e garantindo a máxima coerência e integração do trabalho realizado. Deste grupo, além dos professores que lançaram o desafio, poderão fazer parte representantes dos alunos, do conselho executivo, do pessoal não docente, da associação de pais, do poder político (junta de freguesia ou câmara municipal) e de outras entidades/instituições locais.

Cada estabelecimento de ensino apresenta problemas específicos e uma realidade – interna e envolvente – distinta. Assim, cada um deverá elaborar o seu próprio Plano de Acção, adequado às suas características e necessidades.

O processo de implementação de uma Agenda 21 Escolar inclui algumas fases que poderão ser descritas sinteticamente da seguinte forma (adapt. de Weissmann e Llabrés, 2001, p. 18):

- **Motivação** – Suscitar o compromisso e a participação da comunidade educativa. Pode implicar a realização de actividades ligadas à partilha de experiências com outras escolas, promoção de debates temáticos, etc;
- **Reflexão** – Analisar a filosofia ambiental já existente na escola, comparando a sua coerência com as acções individuais e colectivas dos seus membros. Poderão ser organizadas reuniões gerais para todos os elementos da comunidade escolar (incluindo os pais e encarregados de educação) ou por grupos homogéneos;
- **Diagnóstico** – Detectar e conhecer os principais problemas ambientais existentes na escola e área envolvente, designadamente ao nível do uso da água e da energia, da gestão de resíduos, dos transportes, da preservação do património...
- **Acção** – Elaborar um plano de acção consensual, com base nos resultados obtidos nas fases anteriores. Deverá identificar os objectivos a atingir, recursos, possíveis propostas de acção, prioridades e prazos;
- **Avaliação** – Aferir o grau de concretização dos objectivos com base em indicadores e instrumentos previamente definidos e, caso seja necessário, proceder a eventuais reajustamentos.

I.3 O papel da Educação Ambiental

Na educação formal, o estudo do ambiente, da sociedade e da economia é frequentemente abordado em disciplinas diferentes e com uma limitada dimensão prática. A Agenda 21 apela a uma reorientação da educação, preconizando uma maior interacção entre as várias áreas disciplinares, uma maior ligação entre a sociedade e o ambiente e a uma maior confrontação com a realidade quotidiana.

Na prossecução destes objectivos a educação ambiental, pelas suas características, poderá desempenhar um papel fundamental no processo do desenvolvimento sustentável. No relatório final da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (cit. *in* UCP, 2004, p. 4), realizada em Tbilisi em 1977 sob os auspícios da UNESCO, é referido que:

A Educação Ambiental deve facilitar uma tomada de consciência da interdependência económica, política e ecológica do mundo moderno, de modo a estimular o sentido de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Isto constitui um pré-requisito para que os problemas ambientais graves que se localizam no plano mundial possam ser resolvidos.

Paralelamente, o mesmo documento define a educação ambiental como um:

Processo de aprendizagem que promove a atenção e o conhecimento dos indivíduos sobre o ambiente e os desafios associados, desenvolve competências necessárias para enfrentar desafios, atitudes, motivações e compromissos para tomar decisões responsáveis.

Deste modo, segundo Fidélis e Pinho (2004, p. 7), a educação ambiental poderá contribuir decisivamente para a Agenda 21 ao facilitar a (in)formação de conhecimentos e acções necessárias para o desenvolvimento sustentável; ao dar a conhecer o impacte das acções quotidianas no ambiente local e global, a curto e a longo prazo; ao promover o interesse dos cidadãos em participar activamente, incutindo preocupações, valores e práticas ambientais; ao aumentar a co-responsabilidade e ao assumir de competências para identificar problemas e trabalhar conjuntamente para a sua resolução, minimização e prevenção.

A educação ambiental não se obtém apenas nas escolas, ela implica contínuas actividades de aprendizagem ao longo da vida. Ela ajuda a compreender as relações entre os seres humanos, os bens que produz e o ambiente. Aumenta a atenção e o conhecimento dos indivíduos sobre as questões e problemas ambientais, ensinando-os a ponderar os vários aspectos dos problemas e possíveis soluções. Por último, a educação ambiental procura desenvolver as capacidades adequadas para melhorar as decisões individuais e estimular a participação em processos de decisão no seio da comunidade.

Como vimos, na década de setenta nasceu o conceito de educação ambiental e nos anos oitenta o de desenvolvimento sustentável. Desde essa altura têm sido desenvolvidos esforços no sentido de interligar, na prática, estes dois conceitos. Em Dezembro de 2002, as Nações Unidas aprovaram o início da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)”, seguindo as recomendações apresentadas no mesmo ano, em Joanesburgo, na

Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável⁴ (Instituto do Ambiente, 2006, p. 1). Esta Década da Educação tem como objectivo promover a integração de valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem e incentivar a alterações de comportamento que permitam atingir uma sociedade mais justa e sustentável.

A educação para a sustentabilidade, como refere UCP (2004, p. 7), passa pelo desenvolvimento de capacidades pessoais de análise, investigação, avaliação, exercício da criatividade, comunicação, negociação, planificação, cooperação e execução, mas também pelo fortalecimento da motivação e coragem necessárias para a efectiva implementação da mudança. A Agenda 21 Escolar é um projecto concreto de educação para a sustentabilidade e um instrumento útil de educação ambiental, enquanto ferramenta de aprendizagem e transformação da realidade, sobretudo da local.

Nos últimos anos, os estabelecimentos de ensino nacionais têm vindo a aderir a um crescente número de projectos de educação ambiental, seguindo os objectivos e pressupostos metodológicos defendidos pela Agenda 21 Escolar. No conjunto desses projectos, o grande destaque vai para o “Programa Eco-Escolas” (ABAE, 2006 a). Promovido em Portugal desde o ano lectivo 1996/97, o “Eco-Escolas” completou a sua 1.ª década, contando com mais de 500 inscrições em 2006, das quais 356 obtiveram o galardão “Bandeira Verde Eco-Escola”, pelo nível de qualidade dos seus projectos (Anexo III). Encontra-se actualmente implementado em todos os distritos e regiões autónomas do país, localizando-se o maior número de escolas nos distritos de Lisboa e Porto (Anexo IV). Destinado preferencialmente às instituições do ensino básico, o “Programa Eco-Escolas”⁵ pretende encorajar acções e reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pelas escolas na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade.

⁴ Nesta Cimeira foi aprovado o Plano de Implementação de Joanesburgo que estabeleceu que todos os Estados deveriam formular as suas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), cuja implementação se deveria iniciar em 2005. A ENDS de Portugal apresenta como desígnio “ (...) retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social” (ENDS, 2006).

⁵ A água, os resíduos e a energia constituem os temas base das actividades do “Programa Eco-Escolas”, aos quais se juntam os temas complementares: transportes, ruído, espaços exteriores, agricultura biológica, biodiversidade e alterações climáticas (tema do biénio 2004-06).

II. A RRVS e o seu Projecto Educativo

II.1 A RRVS – Objectivos

A Rota do Românico, segundo o seu estudo de enquadramento (DHV FBO, 2004 a, p. 3), pretende afirmar-se como:

Um produto turístico atractivo para um crescente número de visitantes e turistas, de molde a constituir-se como uma âncora do desenvolvimento do turismo e do lazer no Vale do Sousa, geradora de sinergias no tecido económico e factor de progresso cultural e social de todos os que fazem deste o seu território.

O românico dos seis municípios que englobam a actual Comunidade Urbana do Vale do Sousa é constituído por um significativo conjunto de edificações e outros objectos patrimoniais com grande valor (igrejas, pontes, monumentos funerários e torres), quer pela memória histórica que os contextualiza, quer pela sua importância para a arte e para a arquitectura do movimento românico.

A reabilitação, divulgação e promoção dos 21 elementos patrimoniais românicos inseridos no âmbito da rota, poderão estimular o aparecimento de fluxos associados ao turismo cultural e ao “touring” com naturais benefícios económicos para a região (visitas e estadias). Paralelamente, também a população do Vale do Sousa poderá certamente descobrir (ou aprofundar) o seu conhecimento e respectiva fruição, não apenas do românico, mas igualmente dos restantes recursos endógenos: cenários paisagísticos; valores naturais, históricos, arquitectónicos e artísticos; tradições; o vinho e a gastronomia; artes e ofícios; festas e romarias; as actividades de lazer, desporto e animação, entre muitos outros.

Todos estes recursos que poderemos classificar, em sentido lato, como o património desta região, deverão ser encarados como ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento local. Eles deverão ser integrados nas políticas de cariz cultural e pedagógico no contexto, por exemplo, de uma educação para o património (Educação Patrimonial). Por um lado, dando a conhecer os próprios elementos patrimoniais e, por outro, promovendo-os enquanto recursos didácticos e de atracção cultural e turística.

Segundo Pose (2001, p. 40), o património local deverá ser valorizado pelos municípios:

- Pelo seu valor cultural (artístico, histórico...) intrínseco;
- Pela sua dimensão social, permitido o acesso e a fruição por residentes e visitantes;
- Pela sua importância pedagógica ao ampliar o conhecimento e a sensibilidade do público;
- Pelo seu valor económico. A afirmação do local enquanto destino turístico de qualidade pode gerar uma série de benefícios económicos directos e indirectos que fomentarão outras medidas como a melhoria da acessibilidade, a criação de serviços, a promoção dos artesanos locais, a investigação, etc.

A RRVS foi estruturada em três percursos⁶ alternativos visando a captação de segmentos especializados ou interessados em temáticas específicas. Este facto possibilitará uma fruição diferenciada da Rota indo ao encontro de distintas motivações dos potenciais clientes.

No Plano de Acção e Estratégia de Marketing e Promoção da RRVS (DHV FBO, 2004 b, p. 36), são apontados três segmentos-alvo distintos: “o especialista”, “o generalista” e o “ensino”. Este último é descrito como “ (...) toda a deslocação promovida por instituições escolares (ensino básico, secundário e superior) com vista à aquisição e/ou reforço da aprendizagem e à investigação”. Defende-se, inclusivamente, o envolvimento das entidades escolares locais e regionais através da “ (...) assinatura de protocolos tendo em vista a dinamização das acções de animação, que visam sobretudo a aquisição e reforço do conhecimento” (idem, p. 63).

II.2 O Projecto Educativo da RRVS - Fundamentos

Na sequência dos conteúdos já apresentados, chegou o momento de explicitar claramente os fundamentos do nosso “Projecto Educativo da RRVS”. Assim, a nossa proposta vai no sentido de divulgar e potenciar – com todas as consequências positivas daí resultantes – a Rota do Românico junto da comunidade escolar do Vale do Sousa através de um conjunto alargado de actividades, programas e iniciativas que envolvam os estabelecimentos de ensino, as câmaras municipais, as juntas de freguesias, a unidade gestora da RRVS e todas as entidades públicas e privadas, locais e regionais, que se queiram associar.

⁶ O Percurso 1 liga a igreja do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras) à igreja de S. Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira); O Percurso 2 estabelece a ligação entre a igreja de S. Pedro de Cête (Paredes) e a igreja de S. Pedro de Abrugão (Penafiel), nas margens do rio Tâmega; O Percurso Suplementar une os Percursos 1 e 2, estabelecendo igualmente ligação às cidades de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Defendemos a concepção, planificação e implementação de um processo de Agenda 21 Escolar ou, pelo menos, com os mesmos fundamentos e etapas, no Vale do Sousa capaz de estimular conhecimentos, atitudes e práticas que contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental, à escala do estabelecimento de ensino e respectivo meio envolvente. Este processo, orientado pelos pressupostos da educação ambiental, dará destaque às temáticas relacionadas com o ambiente social bem como aos impactes ambientais provocados pela escola, nomeadamente os aspectos físicos e funcionais e a gestão dos seus recursos (água, resíduos, energia, espaços verdes, etc.). Neste contexto, será importante que os professores (coordenadores...) consultem alguns documentos de referência (guias) que os ajudarão a conduzir os projectos de Agenda 21 nas suas Escolas, quer ao nível das acções metodológicas, quer ao nível dos possíveis conteúdos e actividades a desenvolver. Entre esses documentos, salientamos “Agenda 21 na Escola – Ideias para Implementação” (UCP, 2004) e “Eco-Escolas: Guia do Professor” (ABAE, 2006 b).

Contudo, a temática central e catalisadora deste processo serão os 21 objectos patrimoniais da Rota do Românico e todas as acções de promoção e animação a ela associadas. Quer no contexto da sala de aula, quer nos espaços ao ar livre, preconiza-se a exploração pedagógica e lúdica da Rota que deverá ser encarada, desde logo pelos professores, como o ponto de partida para a configuração de outras aprendizagens relacionadas, por exemplo, com a conservação da natureza, a preservação da biodiversidade (e do património histórico e arquitectónico...), o ordenamento do território, a importância da actividade turística, entre outras.

As aprendizagens despertadas a partir de problemas reais ou do contexto local adquirem para alunos e professores claramente um maior significado. A procura de soluções e respostas deverá ser encontrada não apenas nos livros e nas fontes convencionais, mas no próprio meio envolvente (vivido e sentido), fonte inesgotável de novas perguntas.

A unidade/entidade de gestão da RRVS para a eficaz concretização de um projecto desta dimensão terá naturalmente um papel muito importante a desempenhar. Pela relevância que o segmento-alvo “ensino” apresenta para a afirmação da Rota do Românico, afigura-se como imprescindível a constituição de um Serviço Educativo cujas dimensões e responsabilidades se poderão ir alterando em função da receptividade do projecto pedagógico bem como da própria afectação de recursos humanos, financeiros e materiais.

II.3 O Plano Educativo da RRVS

No início de cada ano lectivo deverá ser apresentado, em reunião colectiva e/ou parcelar, aos estabelecimentos de ensino (Anexo V) e a outras instituições (bibliotecas, museus, associações de cariz sócio-cultural, empresas ligadas ao ambiente⁷, ao turismo...) do Vale do Sousa e do contexto regional envolvente⁸, o Plano Educativo da RRVS. Ele deverá conter os objectivos, a metodologia, o calendário, os recursos, os locais e a caracterização das iniciativas e actividades⁹ genéricas, de carácter lúdico-pedagógico, sugeridas pela unidade de gestão da Rota, através do seu Serviço Educativo.

As acções compiladas nesse Plano poderão e deverão ser de variada índole, designadamente exposições, visitas guiadas/livres, percursos pedestres de descoberta, oficinas/ateliers, dramatizações, colóquios, palestras, concursos, campanhas temáticas, programas de ocupação de tempos livres e férias, etc. As actividades propostas poderão abordar temáticas associadas a determinados acontecimentos festivos (o Natal, o Carnaval, a Páscoa, as festas populares...) ou a dias/períodos comemorativos (efemérides) tais como:

- Jornadas Europeias do Património (22/23 de Setembro)¹⁰;
- Dia Mundial do Turismo (27 de Setembro)
- Dia Mundial dos Monumentos e Sítios (18 de Abril);

⁷ As empresas ligadas à gestão de resíduos sólidos urbanos e à exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água que operam no Vale do Sousa poderão ser, entre outras, parceiras muito importantes neste projecto. Aliás, nos últimos anos, por exemplo, no que aos recursos hídricos diz respeito, a “Águas de Douro e Paiva, S.A.” tem vindo a propor aos estabelecimentos de ensino da região algumas interessantes iniciativas (exposições, visitas, concursos escolares...) de educação ambiental.

⁸ A aposta inicial poderá recair sobre os estabelecimentos escolares, públicos e privados, da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) e, progressivamente, ser alargada a outras áreas do país e a Espanha (Galiza...).

⁹ As actividades, pelo seu importante papel de promoção da Rota e da região, deverão ser gratuitas para os estabelecimentos de ensino e outras organizações juvenis do Vale do Sousa e de custo reduzido, quase simbólico, para as exteriores.

¹⁰ A comemoração das Jornadas Europeias do Património começa a adquirir algum significado nos municípios desta região. Em 2006, segundo o jornal Novas do Vale do Sousa (2006-09-22, p. 19), Penafiel e Lousada aderiram àquela efeméride com algumas interessantes iniciativas. No primeiro foram dinamizadas, por exemplo, exposições e visitas guiadas aos núcleos museológicos do município, subordinadas ao tema “Património [...] somos nós”, incidindo sobre a ideia de que “o património é uma realidade viva que só adquire verdadeiro significado na sua relação com as pessoas e com as comunidades”. Em Lousada, além de exposições e momentos musicais, foi apresentada a RRVS à população escolar, seguida de uma visita guiada aos monumentos que a integram, entre eles as Pontes de Espinho e Vilela, as Igrejas de Meinedo e Avelada e ainda a Torre de Vilar. Este último objecto patrimonial foi inclusivamente aberto ao público nessas Jornadas, após a sua recuperação, e como actividades de animação teve patente uma Mostra de Armas Medievais e uma Recriação dos Duelos.

- Dia Internacional dos Museus (18 de Maio);
- Dia Mundial da Criança (1 de Junho)
- Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho).

A existência do Plano Educativo da RRVS, de carácter geral, não deverá impedir, bem pelo contrário, deverá estimular, à escala de cada estabelecimento escolar, a formulação de um Plano de acção mais específico e adequado à realidade da escola e do contexto envolvente. Os elementos da comunidade de cada estabelecimento deverão, sempre que possível, aderir e participar nas actividades do Plano Educativo da RRVS, nomeadamente naquelas que por questões logísticas ou interesse temático for mais fácil ou adequado, mas igualmente nas actividades mais “simples”, mais concretas e, provavelmente, mais significativas e valorizadas pelos jovens, realizadas ao nível da sua escola. Será, naturalmente, importante para o sucesso do projecto pedagógico da RRVS que o seu Plano Educativo seja construído e desenvolvido, numa lógica de participação e responsabilização, com o contributo do maior número possível de actores do universo escolar do Vale do Sousa e com as propostas mais pertinentes, mais inovadoras e mais expressivas do ponto de vista pedagógico e de promoção turística e ambiental da Rota e da região.

II.4 O Serviço Educativo da RRVS

No Serviço Educativo da RRVS será indispensável a presença de um técnico superior com responsabilidades ao nível da coordenação de toda a acção desta estrutura. Preferencialmente com competências académicas pedagógicas e/ou experiência no desenvolvimento de actividades/projectos com o público jovem, em idade escolar, este técnico coordenador deverá desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

- Ligação da entidade gestora da RRVS às escolas, agrupamentos e outras instituições;
- Organização e divulgação do Plano Educativo da RRVS;
- Produção de conteúdos e materiais de apoio;
- Concepção, planificação e implementação de iniciativas e actividades;
- Gestão das equipas de trabalho.

Para o efectivo funcionamento do Serviço Educativo, além do Coordenador, será igualmente indispensável a existência de uma bolsa de Monitores, em regime temporário ou permanente,

que concretizarão nos locais/percursos da Rota bem como nos estabelecimentos de ensino, não apenas as acções propostas no Plano Educativo da RRVS, mas também outras actividades, com destaque para as visitas guiadas¹¹ do grande público. A participação destes técnicos poderá ser também realizada no âmbito de estágios curriculares ou profissionais e, eventualmente, no cumprimento de programas de voluntariado. Depois de um adequado período de formação, todos estes técnicos poderão realizar visitas guiadas e acções de limpeza, catalogação e apoio em eventos promocionais e de animação, etc.

No âmbito da estrutura orgânica da Unidade de Gestão da RRVS proposta pelo Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da RRVS (DHV FBO, 2004 b, p. 77), o enunciado Serviço Educativo, pela complexidade das valências que lhe estão incumbidas, poderá ser facilmente incorporado em qualquer uma das três Unidades Operacionais¹² propostas: Desenvolvimento e Cooperação; Informação, Tecnologia e Formação; Marketing.

Os técnicos do Serviço Educativo, incluindo o Coordenador, dada a multiplicidade de tarefas a que estarão sujeitos, deverão possuir, tal como os restantes profissionais da estrutura orgânica, “ (...) capacidades e competências pluridisciplinares a integrar na operacionalização das acções (princípio da imbricação funcional), de molde a desempenharem funções em qualquer uma das Unidades Operacionais” (DHV FBO, 2004 b, p. 81).

Os honorários dos técnicos do Serviço Educativo bem como os encargos com as acções do seu Plano Educativo serão suportados provavelmente numa fase inicial apenas pelas entidades participantes no capital da empresa intermunicipal responsável pela implementação e dinamização turística e cultural da RRVS, em especial as autarquias. Contudo, outros apoios deverão ser mobilizados, nomeadamente através de candidaturas a fundos comunitários e a patrocínios de todas as entidades oficiais (Agências/Direcções Gerais e Institutos dos

¹¹ No caso das visitas guiadas para grupos organizados de turistas estrangeiros será, naturalmente, indispensável que os monitores (guias ou conferencistas) destas actividades dominem bem as línguas espanhola, francesa e inglesa. As visitas à RRVS poderão, eventualmente, contar também com a ajuda de “diskmans” individuais (DHV FBO, 2004 b, p. 61).

¹² Além das três Unidades Operacionais, o modelo proposto para a empresa intermunicipal responsável pela gestão da RRVS (TURSOUA) apresenta ainda um núcleo de Administração e Gestão e duas Unidades Consultivas (o Conselho Consultivo Autárquico e o Conselho Estratégico do Turismo).

Ministérios da Educação, da Ciência, da Cultura, do Ambiente...), associações (Organizações Não Governamentais de Ambiente...) e empresas privadas (bancos, seguradoras, empresas ligadas à cultura, ao desporto, à energia, às telecomunicações...) que no contexto da lei do mecenato¹³, de políticas de responsabilidade social ou de estratégias de marketing e publicidade queiram participar neste projecto pedagógico¹⁴. Estes apoios poderiam igualmente fomentar a investigação sobre a RRVVS através da atribuição, por exemplo, de bolsas de estudo.

II.5 O Serviço Educativo e os Projectos de Agenda 21 Escolar

Na prossecução do seu Plano Educativo e no apoio às Agendas 21 Escolares do Vale do Sousa, o citado Serviço Educativo, em particular, e a empresa de gestão da RRVVS, em geral, prestarão aos estabelecimentos de ensino um conjunto alargado de valências:

- Serão o suporte e o apoio institucional das Agendas, facilitando a emergência de uma rede de intercâmbios entre as entidades participantes, sobretudo entre as escolas ou agrupamentos de escolas;
- Promoverão assessoria técnica e pedagógica aos diversos participantes envolvidos;
- A instalação de um Centro de Documentação, especializado nas temáticas do património e do meio ambiente, poderá facultar aos interessados o acesso a um conjunto alargado de serviços tais como biblioteca (incluindo publicações periódicas), videoteca, fonoteca, recursos multimédia, arquivo fotográfico e cartografia. Este Centro, que poderá ser inserido num dos Centros de Informação e Interpretação previstos para a RRVVS, facilitará a recolha de informação, o empréstimo de materiais e a troca de documentação e experiências. Por outro lado, ele deverá promover actividades de formação e divulgação (seminários, tertúlias, colóquios, cursos de

¹³ Algumas actividades desenvolvidas pelo citado “Programa Eco-Escolas” são apoiadas, ao abrigo do Mecenato Ambiental, pelo consórcio “Fima-Lever-Elida-Iglo-Olá” do grupo empresarial “Unilever”. O novo projecto “Escola da Energia” está a ser concebido em parceria com a “Galp Energia”.

¹⁴ A iniciativa “Encontros de Música das Terras do Sousa”, organizada pela Ader-Sousa no âmbito da campanha de divulgação e promoção da RRVVS, contou com o apoio da Caixa Geral de Depósitos e com o patrocínio do “Ferrara Plaza – Centro Comercial” do grupo empresarial “Jerónimo Martins, Restauração e Serviços”. Estes Encontros realizaram-se durante o mês de Julho de 2006 em vários locais do Vale do Sousa e decorreram, nalguns casos, sob a forma de concertos pedagógicos.

Verão¹⁵, jornadas/congressos¹⁶ regulares sobre a Rota) e afirmar-se como uma entidade de concepção e produção de conteúdos e materiais educativos e promocionais (para venda e oferta), de formato atractivo, como monografias, guias didácticos, cadernos de campo, roteiros, panfletos, cartazes, audiovisuais, CD's, DVD's, boletins (“newsletters”¹⁷), livros de banda desenhada sobre a RRVS e exposições temáticas de carácter temporário e itinerante¹⁸. Neste contexto, poderá ser equacionada a concretização de uma linha editorial com a colecção «Documentos da Rota do Românico do Vale do Sousa». Finalmente, este Centro de Documentação poderá igualmente assegurar a gestão do indispensável portal “on-line”, multilingue, da RRVS. Este importante meio de comunicação deverá apresentar, de forma atraente e inovadora, um conjunto de conteúdos (informações, mapas, plantas, fotografias, serviços turísticos, “links” para outros “websites” relevantes da região...) que permita promover a RRVS bem como ajudar na preparação das visitas físicas à Rota. Este portal, que deverá fomentar a interactividade com os seus utilizadores (locais, regionais, nacionais e internacionais), deverá igualmente conter uma secção específica para o público infanto-juvenil dotada de pequenos textos informativos, vídeos, jogos didácticos, sugestões de actividades manuais, etc.

¹⁵ Segundo o Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da RRVS, uma das propostas para a animação e promoção da Rota deverá traduzir-se pela “promoção de Cursos de Verão em parceria com a AURN – Associação das Universidades da Região Norte, na área da História, Arte, Arqueologia, Urbanismo e Arquitectura, com a colaboração de Universidades Nacionais e Internacionais” (DHV FBO, 2004 b, p. 61).

¹⁶ Será naturalmente importante a presença de técnicos do Serviço Educativo e de outras estruturas da RRVS em jornadas, feiras sectoriais, congressos e iniciativas similares que decorram noutros locais do país e estrangeiro, sobretudo em Espanha (Galiza, Astúrias, Castela e Leão...) com o objectivo de divulgar, conhecer e partilhar experiências.

¹⁷ No conjunto das Acções de Promoção e Animação da RRVS, previstas no Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota, foi proposta a emissão de dois tipos de “newsletters”. Uma, de carácter “on-line”, destinada aos principais operadores turísticos nacionais e internacionais informando sobre os eventos a dinamizar na Rota e outro tipo de informação pertinente, numa tentativa de integração dos eventos na sua programação. A outra newsletter, em suporte papel, teria como alvo “ (...) as principais instituições escolares e universitárias do país e estrangeiras, informando sobre as actividades da Rota, incentivando à sua visita” (DHV FBO, 2004 b, p. 61).

¹⁸ A concepção e produção regular de exposições temáticas desempenhará um papel muito importante na divulgação, desenvolvimento e consolidação da RRVS. Com cariz temporário e/ou itinerante, estas exposições contribuirão decisivamente para a promoção dos diversos aspectos da Rota (e da região), imprimindo dinamismo à acção da entidade gestora e às relações com os diversos parceiros envolvidos. Elas poderão ser instaladas nos monumentos e Centros/Núcleos de Informação e Interpretação da RRVS, nas bibliotecas, museus, escolas e outros espaços públicos do Vale do Sousa e de outras regiões nacionais e internacionais.

- Integrado na estrutura anterior ou eventualmente noutro espaço autónomo será também importante a constituição de um Centro de Recursos Didácticos. Este serviço poderá fornecer, por empréstimo, às escolas, às associações e mesmo a privados, uma série de materiais e recursos de alto/médio valor económico cruciais para a maximização dos diversos projectos. Entre eles contam-se os projectores multimédia, televisores com vídeo, leitores de CD's e DVD's, câmaras fotográficas e de vídeo, computadores portáteis, impressoras, “scanners” e fotocopiadoras.

II.6 O Programa de Informação e Interpretação da RRVS

A prevista instalação de “Centros de Informação e Interpretação Turística e Cultural da RRVS”, de “Núcleos de Informação e Apoio da RRVS” e de uma “Rede de Painéis de Informação Específica sobre os Monumentos da RRVS” (DHV FBO, 2004 b, p. 47), desempenhará um importantíssimo papel quer no desenvolvimento das acções pedagógicas, quer no domínio mais amplo da informação e interpretação da própria Rota. Estes meios, conjuntamente com o já citado portal na internet, fazem parte do designado “Programa Operacional de Informação e Interpretação”, defendido pelo estudo enquadrador da RRVS. Este “Programa” e o conjunto de veículos de informação e de apoio aos visitantes e turistas são justificados (idem, p. 47/48) pela necessidade de:

Dar a conhecer amplamente os valores artísticos e arquitectónicos que esta [RRVS] integra, de molde a criar um pano de fundo atractivo, ao mesmo tempo que deverá conseguir-se junto dos monumentos as necessárias facilidades para os diversos tipos de visitantes, quer viagem individualmente, em pequenos grupos (famílias, amigos ou colegas de profissão) ou em grupos mais alargados (visitas escolares, excursões, etc.) que exijam o acesso a meios de interpretação adicional desta Rota.

Os dois Centros de Informação e Interpretação da RRVS, propostos pelo enunciado estudo, correspondem a duas centralidades estratégicas (monumentos âncora) para a fruição da Rota. Um está previsto para a Igreja do Mosteiro de Pombeiro de Ribavizela (Felgueiras) e o outro para a Igreja do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). Prevê-se que estas estruturas, aproveitando espaços já existentes ou a criar, possam contar com auditórios para projecções multimédia, terminais de Internet que possibilitem o acesso ao portal da RRVS e espaços destinados à exposição (venda/oferta) de material informativo e de “merchandising”. A disponibilidade de instrumentos sonoros, auditivos e tácteis que garantam o apoio informativo e interpretativo a pessoas portadoras de deficiência será igualmente obrigatória.

Importante será também a existência de um registo regular do movimento e das características (idade, sexo, residência, habilitações literárias, profissão, contactos...) dos utilizadores destes Centros. Este registo, obtido através do preenchimento de uma pequena ficha, permitirá uma avaliação anual do desempenho dos Centros de Interpretação e um maior conhecimento sobre o perfil dos turistas e outros visitantes da RRVS. Esta informação será de grande utilidade na planificação das futuras iniciativas promocionais.

Os Núcleos de Informação e Apoio à fruição turística e cultural dos visitantes da RRVS ficarão instalados em quatro locais distintos – Igreja do Mosteiro de São Pedro de Cête (Paredes); Igreja do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel); Torre de Vilar e a Igreja de Santa Maria de Meinedo (ambas em Lousada). Será igualmente recomendável que estes Núcleos de Informação e Centros de Interpretação estejam preparados do ponto de vista dos recursos humanos e materiais para prestarem ajuda aos turistas/visitantes na marcação de hotéis e no fornecimento de informações úteis sobre transportes, restaurantes e animação.

A Rede de Painéis de Informação Específica sobre os Monumentos da RRVS, a instalar junto de cada um dos seus 21 objectos integrantes, faz parte do amplo Sistema de Sinalização Turística previsto para a RRVS (DHV FBO, 2004 b, p. 55)¹⁹. Estes painéis, de modelo e rosto unificado, deverão apresentar conteúdos (textos, mapas, grafismos...) relativos à descrição e interpretação artística dos monumentos bem como ao seu enquadramento no contexto do Românico nacional. Estas informações poderão ser complementadas com outras no interior dos elementos patrimoniais, no caso das igrejas e torres.

II.7 O Plano Educativo da RRVS – Princípios Metodológicos

O conjunto de recursos passíveis de serem utilizados nas actividades e programas pedagógicos a serem desenvolvidos, quer pela iniciativa do Serviço Educativo da RRVS quer pelas escolas/agrupamentos individualmente considerados, são vastos e diversificados. A existência e a disponibilização dos múltiplos recursos humanos, financeiros e materiais já enunciados bem como o próprio meio envolvente, natural e humanizado, favorecerão

¹⁹ O Sistema de Sinalização Turística da RRVS preconiza a instalação de quatro tipos de instrumentos ou sinaléticas. Além dos Painéis de Informação Específica, propõe: Painéis genéricos da Rota nos principais acessos à região; Sinalética de orientação sobre os principais monumentos, os locais e serviços de interesse; Sinalética de orientação da Rota do Românico, à semelhança da que foi criada para rotas similares.

certamente o desenrolar de interessantes projectos com um envolvimento progressivo da comunidade escolar.

Ao nível metodológico, as acções educativas a desenvolver deverão responder a várias vertentes. Por um lado, a capacidade de observação dos alunos (e restantes elementos), sobretudo nas saídas de campo e visitas guiadas, deverá ser fortemente estimulada. Por outro, as actividades ambientais que impliquem recolha, análise e interpretação de informação (sem esquecer a formulação de hipóteses e a retirada de conclusões) deverão ser também elas componentes essenciais dos projectos. Dever-se-á promover a interacção dos participantes (entre si e com o meio ambiente), a cooperação e o diálogo enquanto partes integrantes de um processo de aprendizagem que irá proporcionar novos conhecimentos, novas experiências, novos afectos e mudanças de atitudes e comportamentos.

Nas acções com o público escolar promovidas pelo Serviço Educativo da RRVS deverão igualmente ser observadas algumas metodologias ao nível da participação, comunicação e avaliação. Assim, antes da actividade será naturalmente importante que a sua preparação (conteúdos, métodos, linguagem...) tenha em conta as características (idade, escolaridade, origem sócio-cultural...) dos elementos do grupo a que se destina. Poderão ser desenvolvidas, no caso de visitas ou saídas de campo, sessões preparatórias com entrega de material para os professores (ou responsáveis pelo grupo) na escola ou no próprio local da actividade. Na impossibilidade destas sessões, o Serviço Educativo deverá enviar para as escolas o programa detalhado da actividade para que os professores a preparem com os seus alunos.

Numa boa parte das iniciativas será muito importante que os professores (e monitores) do grupo participem activamente na realização das mesmas. Ao não se perfilarem como meros observadores ou vigilantes estarão a incentivar os seus alunos, dando o exemplo. O aprofundamento e exploração complementar, no contexto da sala de aula, da actividade realizada será igualmente uma prática pedagógica aconselhável.

No final de cada actividade, os monitores deverão solicitar aos professores acompanhantes uma avaliação do trabalho realizado através do preenchimento, por exemplo, de uma pequena ficha. Uma contínua avaliação das actividades de educação ambiental através da análise dos objectivos propostos, dos processos desenvolvidos e dos resultados obtidos produzirá

actividades futuras mais atractivas e aprendizagens mais eficazes. Se no seu processo de concepção e planificação uma actividade pode parecer perfeita, a sua execução e avaliação poderão revelar falhas, erros e insatisfações. Assim sendo, deverá ser efectuada uma apreciação, quantitativa e qualitativa, de cada actividade para aferir: o número de participantes; o seu grau de aplicação e satisfação; a adequação dos recursos materiais e humanos; a metodologia praticada; os conteúdos explorados, etc.

III. Enquadramento Curricular do Plano Educativo da RRVS

III.1 O Ensino Básico

O ensino básico constitui uma etapa fundamental no processo de aprendizagem. Tem um carácter universal, obrigatório e gratuito e, segundo o Ministério da Educação (ME) (2004, p. 11), concretiza:

O princípio democrático que informa todo o sistema educativo e contribui, por sua vez, decisivamente para aprofundar a democratização da sociedade, numa perspectiva de desenvolvimento e progresso, quer promovendo a realização individual de todos os cidadãos, em harmonia com os valores da solidariedade social, quer preparando-os para uma intervenção útil e responsável na comunidade.

Definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo²⁰, o ensino básico procura, em síntese, atingir três grandes objectivos. Por um lado, criar as condições para a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal completa e harmoniosa (*dimensão pessoal*). Por outro, promover a aquisição e domínio de saberes, instrumentos, atitudes e valores que facilitem as escolhas escolares e profissionais seguintes (*dimensão das aquisições básicas e intelectuais fundamentais*). Finalmente, o ensino básico pretende estimular valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática (*dimensão para a cidadania*).

A prossecução destes objectivos deve subordinar-se ao desenvolvimento das competências essenciais formuladas pelo Currículo Nacional do Ensino Básico (ME, 2001). O Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro²¹ introduziu um importante conjunto de alterações ao citado

²⁰ Artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 46/86.

²¹ Este documento veio revogar o Decreto-Lei nº 286/1989, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico.

Currículo, designadamente a consagração de três novas Áreas Curriculares Não Disciplinares (Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica), a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

Por outro lado, esse Decreto-Lei, no quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas e de uma maior flexibilização na gestão do currículo, estabeleceu que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada estabelecimento de ensino, deverão ser objecto de um Projecto Curricular de Escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num Projecto Curricular de Turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma (1.º ciclo) ou pelo conselho de turma (2.º e 3.º ciclos).

III.1.1 O 1.º Ciclo do Ensino Básico

A acção pedagógica no 1.º ciclo é norteada por um conjunto de princípios que valoriza a realização de experiências de aprendizagem *activas, significativas, diversificadas, integradas e socializadoras*.

A concretização de uma intervenção pedagógica no âmbito da RRVS será um elemento catalizador destas experiências na medida em que:

- As diversas actividades exploratórias da RRVS estimularão o trabalho escolar, mobilizando os seus elementos (alunos, docentes, auxiliares, pais...) para projectos decorrentes do seu quotidiano e da sua realidade local (*experiências activas*);
- A proximidade geográfica e sentimental dos elementos patrimoniais da RRVS ao contexto vivido pela comunidade escolar contribuirá, em muitos casos, para despertar de imediato o seu interesse e a adesão às acções exploratórias (*experiências significativas*);
- As experiências diversificadas serão igualmente fomentadas pela utilização de diferentes recursos, técnicas e processos de desenvolvimento dos conteúdos envolvidos na exploração pedagógica da RRVS que se materializarão em diferentes acções (visitas, oficinas, projecções multimédia, concursos, dramatizações, etc.);

- Os novos saberes e as novas descobertas serão apropriados pelos alunos, favorecendo uma visão cada vez mais flexível e unificadora do pensamento a partir da diversidade de pontos de vista e de abordagens (*experiências integradas*);
- As trocas de informação, os hábitos de interajuda e de solidariedade serão promovidas pelo projecto pedagógico da RRVS, contribuindo para um estimulante e saudável contexto de trabalho (*experiências socializadoras*).

O Projecto e o Plano Educativos da RRVS procurarão, naturalmente, adequar-se ao Plano Curricular do 1.º ciclo do ensino básico (Anexo VI) de modo a facilitar a sua execução.

O citado Plano Curricular foi alvo de alterações recentes. Numa clara aposta do Ministério da Educação no conceito de escola a tempo inteiro, o horário escolar foi prolongado para permitir o desenvolvimento e reforço das chamadas Actividades de Enriquecimento Curricular²², nas quais se incluem o ensino do inglês²³, o apoio ao estudo, a actividade física e desportiva, a música e outras expressões artísticas. O plano anual destas actividades é definido pelos agrupamentos de escolas²⁴, em parceria com as entidades promotoras, que podem ser as autarquias locais, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS). A possibilidade de integrar o Plano Educativo da RRVS e as Agendas 21 Escolares no âmbito das citadas actividades deverá ser equacionada e estimulada, na medida em que o próprio Ministério da Educação (Despacho n.º 12 591/2006, p. 8783) prevê que possam ser desenvolvidas actividades de enriquecimento curricular noutros domínios, nomeadamente as que incidam na “ (...) ligação da escola com o meio”...

O Plano Educativo da Rota, pelo seu carácter multidisciplinar e transversal, sobretudo se orientado na perspectiva da educação ambiental e da educação patrimonial, tal como as Agendas 21 Escolares, com relativa facilidade se enquadrarão nos conteúdos programáticos de todas as áreas disciplinares. Em seguida, faremos uma análise sintética das áreas mais

²² O Programa de Alargamento e Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo foi consagrado pelo Despacho n.º 12 591/2006 do Ministério da Educação.

²³ O ensino da língua inglesa foi implementado a nível nacional, enquanto actividade de enriquecimento curricular, no ano lectivo de 2005-2006 com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico.

²⁴ Com excepção do ensino do inglês e do apoio ao estudo que detêm um carácter obrigatório, as escolas dispõem de autonomia para gerir as dez horas semanais de prolongamento de horário com actividades de enriquecimento curricular, tirando partido dos recursos existentes a nível local.

relacionadas com as actividades que iremos sugerir no Plano Educativo, a apresentar no capítulo final deste trabalho.

III.1.1.1 Educação para a Cidadania

A Educação para a Cidadania será claramente potenciada pelo Plano Educativo da RRVS, na medida em que um dos objectivos inerentes à própria Rota está ligado à sensibilização dos diversos públicos para a importância da preservação e promoção do património construído, natural e paisagístico do Vale do Sousa. O maior envolvimento da comunidade escolar na realidade local/regional promoverá, certamente, o aparecimento de cidadãos mais atentos, críticos, participativos e responsáveis.

III.1.1.2 Expressão Artística

No âmbito das Áreas Curriculares Disciplinares de Frequência Obrigatória, associadas ao desenvolvimento de competências específicas, merecem particular destaque a Expressão Artística e o Estudo do Meio.

A Expressão Artística e, especialmente, a Educação Plástica, serão objecto de várias actividades no âmbito do Plano Educativo, nomeadamente com a realização de diversas oficinas temáticas sobre a RRVS. Aliás, o Plano de Acção e Estratégia de Marketing e de Promoção da Rota propôs, desde logo, a promoção de ateliers de “Iniciação à Arquitectura Românica”, destinados a estudantes do ensino básico e secundário, a realizar durante os períodos de férias escolares bem como o concurso escolar “Novos Olhares da RRVS”, cujo prémio seria o da reprodução dos três melhores desenhos em serigrafia destinados à venda nos objectos patrimoniais da Rota (DHV FBO, 2004 b, p. 61).

Este tipo de actividades de manipulação e experiência com os materiais, com as formas e com as cores, permitirá às crianças desenvolver as suas formas pessoais de expressar não só o seu mundo interior como representar a realidade. E, paralelamente, convém não esquecer, como refere o ME (2004, p. 89), que:

Apesar da sala de aula ser o local privilegiado para a vivência das actividades de expressão plástica, o contacto com a natureza, o conhecimento da região, as visitas a exposições e a artesãos locais, são

outras tantas oportunidades de enriquecer e alargar a experiência dos alunos e desenvolver a sua sensibilidade estética.

No Anexo VII apresentam-se algumas das acções gerais propostas pelo programa curricular da Expressão e Educação Plástica que melhor se enquadram com o Plano Educativo da RRVS. Estão organizadas por Blocos de Aprendizagem que correspondem a conjuntos de actividades de aprendizagem orientados por um conceito, por um tema articulador ou pela designação de uma etapa de desenvolvimento curricular.

Ainda no âmbito da Expressão Artística, também a Educação Dramática poderá ser impulsionada por actividades lúdico-pedagógicas de exploração do corpo, da voz, do espaço e de objectos. A exploração de situações imaginárias dará oportunidade a que os alunos, pela vivência ou pela observação de diferentes papéis, se reconheça melhor e entenda melhor o outro. Os jogos dramáticos permitem que os alunos desenvolvam progressivamente as possibilidades expressivas do corpo, através de acções ligadas a uma história ou a uma personagem.

Outra das propostas de animação veiculadas pelo citado “Plano de Acção e Estratégia de Marketing” da RRVS passa pela promoção de visitas guiadas aos objectos patrimoniais da Rota para as instituições do ensino básico e secundário, sendo preconizado – e bem – que tais visitas deverão ser “animadas” revelando, por exemplo, a vida quotidiana de um mosteiro, a alimentação e as preocupações espirituais e temporais. Defende também, além de concertos de música medieval/antiga nos monumentos, a realização, durante as principais festividades do Vale do Sousa, de espectáculos de rua – Teatro Medieval e Marionetas, na envolvente dos principais monumentos da Rota, reproduzindo o ambiente da época medieval.

Assim, no contexto da sala de aula e no seu exterior bem como nos monumentos da RRVS será possível, com maior ou menor dificuldade, desenvolver actividades de Expressão e Educação Dramática que contribuirão, claramente, para o fomento da notoriedade e da identidade da RRVS tal como para a vivência de experiências únicas de aprendizagem e recreio no contexto da Rota e da região.

III.1.1.3 Expressão Físico-Motora

A Expressão/Educação Físico-Motora (Anexo VIII), ainda que de forma menos intensa e visível, será igualmente estimulada pelas actividades recreativas e pedagógicas da RRVS. Como o ME (2004, p. 35) refere “ (...) a actividade física educativa oferece aos alunos experiências concretas, necessárias às abstracções e operações cognitivas inscritas nos Programas doutras Áreas, preparando os alunos para a sua abordagem ou aplicação.”

O sétimo Bloco de Aprendizagem desta área disciplinar, denominado “Percurso na Natureza”, defende a realização de percursos na natureza para todos os anos do 1.º ciclo, destinada a desenvolver habilidades, de acordo com as características do terreno e os sinais de orientação, colaborando com os colegas e respeitando as regras de segurança e preservação do ambiente.

O carácter eminentemente rural do Vale do Sousa e, em particular, a inserção em meio agro-florestal de alguns dos monumentos da RRVS (a Igreja do Mosteiro de Pombeiro de Ribavizela, a Ponte de Espindo, a Igreja de S. Pedro de Cête, a Torre de Aguiar de Sousa...) facilitará, no âmbito de visitas de estudo e de actividades de educação ambiental, a realização de passeios e trilhos pedestres guiados nos bosques, nas matas, nos caminhos agrícolas, etc.

III.1.1.4 Estudo do Meio

O Estudo do Meio é uma área disciplinar do 1.º ciclo do ensino básico que resulta da convergência de conceitos e métodos de várias ciências como a História, a Geografia, as Ciências da Natureza e a Etnografia, procurando contribuir para a progressiva compreensão das inter-relações entre a Natureza e a Sociedade.

Por outro lado, o Estudo do Meio “ (...) está na intersecção de todas as outras áreas do programa, podendo ser motivo e motor para a aprendizagem nessas áreas” (ME, 2004, p. 101), nomeadamente da Língua Portuguesa (registos de observações; resumos de textos recolhidos; organização da informação; debates...), da Matemática (análise e realização de plantas e mapas; organização de dados por categorias em quadros, tabelas...) e das Áreas Curriculares Não Disciplinares.

Entre os objectivos gerais do Estudo do Meio salientam-se aqueles que potencialmente serão mais incentivados pelo cariz multifacetado de que se revestirão as actividades (visitas aos monumentos e envolventes...) do Plano Educativo da RRVS e das Agendas 21 Escolares:

- Identificar os principais elementos do Meio Físico e do Meio Social envolvente;
- Identificar problemas concretos do seu meio e colaborar em acções ligadas à melhoria do seu quadro de vida;
- Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural.

A estrutura do programa (Anexo IX) desta área disciplinar foi desenhada de forma aberta e flexível, deixando aos professores o papel de recriarem o programa, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades do meio local.

Nas Competências Específicas definidas para o Estudo do Meio é claramente destacada a importância para os alunos das “ (...) experiências de aprendizagem que envolvam a resolução de problemas, a concepção e o desenvolvimento de projectos e a realização de actividades investigativas” (ME, 2001, p. 78).

Essas experiências de observação e análise, de comunicação e expressão, de intervenção e trabalho de campo estimularão as aprendizagens nos domínios cognitivo e afectivo-social. Daí resultarão as chamadas competências de “saber” (conhecimentos), de “saber-fazer” (observações, consultas...) e “saber-ser” (respeito pelo património, defesa do ambiente...).

III.1.1.5 Áreas Curriculares Não Disciplinares

O Plano Curricular do Ensino Básico nacional contempla, na sua componente de Formação Pessoal e Social, três Áreas Curriculares Não Disciplinares, associadas a competências transversais, que poderão desempenhar um importantíssimo papel de suporte metodológico e curricular às actividades e medidas propostas pelo Plano Educativo da RRVS.

Estas Áreas, introduzidas no ano lectivo de 2001-2002 em todos os anos de escolaridade do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico²⁵, procuram responder a um conjunto de necessidades identificadas no processo de formação dos alunos e têm os seguintes objectivos:

²⁵ As Áreas Curriculares Não Disciplinares também foram implementadas no 3.º ciclo do ensino básico: Em 2002-2003 no 7.º ano de escolaridade; em 2003-2004 no 8.º ano; em 2004-2005 no 9.º ano.

- A **Área de Projecto** visa “ (...) a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos”. (ME, 2004, p. 18). Deste modo, como reconheceram os professores do 1.º ciclo questionados no âmbito deste trabalho, a Área de Projecto apresenta excelentes condições para se assumir como um espaço privilegiado para a exploração pedagógica do Plano Educativo da RRVS e das Agendas 21 Escolares²⁶. Poderão ser desenvolvidos diversos trabalhos de investigação que, naturalmente, mobilizarão vários saberes (selecção dos temas; organização da turma e dos grupos; concepção, desenvolvimento, execução e avaliação de estratégias e actividades; partilha de responsabilidades em tarefas individuais e de grupo, etc.);

- O **Estudo Acompanhado** propõe-se contribuir (ME, 2004, p. 18) para a:

Aquisição de competências que permitam a apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo e trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens.

Também aqui são estimulados importantes domínios do saber, designadamente a pesquisa e selecção de informação; a consulta de enciclopédias, de manuais e da Internet; a manipulação de diferentes instrumentos e materiais bem como o recurso a diferentes formas de apresentação dos trabalhos, entre outros;

- A **Formação Cívica** apresenta-se, segundo o ME (2004, p. 18), como:

O espaço privilegiado para a educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

Assim, esta área potencia as competências ligadas ao uso do sentido crítico na análise e emissão de juízos sobre o trabalho e comportamento próprios/colectivos e contribui para o aparecimento de atitudes de educação e respeito pelos diversos pontos de vista.

²⁶ Na Área de Projecto, segundo informações dos citados professores do 1.º ciclo, são habitualmente desenvolvidos trabalhos nos domínios da cidadania, do ambiente e do património histórico e cultural.

IV. Plano Educativo da RRVS – Programa de Actividades

O Plano Educativo da RRVS que iremos apresentar é constituído por um rol alargado de actividades lúdico-pedagógicas para um ano lectivo. Destinado sobretudo à comunidade escolar do 1.º Ciclo do ensino básico, a maior parte das sugestões foram já, de uma forma ou de outra, descritas e contextualizadas no decurso desta investigação, destacando-se naturalmente também aquelas que foram previstas desde logo nos estudos enquadradores da RRVS.

Por outro lado, será impossível desenvolver e esgotar todos os temas ligados à Rota do Românico e às questões ambientais em apenas um lado lectivo. Deste modo, os Planos Educativos da RRVS, tal como os Planos de Acção ou de Sustentabilidade (Agendas 21 Escolares) dos anos lectivos seguintes deverão contemplar novas temáticas e, especialmente, aquelas que, desde logo, forem avançadas pelos professores e restantes elementos do universo escolar do Vale do Sousa.

Para uma sistemática dinamização dos Planos Educativos, num apelo constante à diversidade e criatividade das propostas, será importante subordinar, anualmente, as actividades e iniciativas a um tema específico de trabalho, no quadro do mote geral “RRVS”. O primeiro ano lectivo e dado certamente o conhecimento ainda reduzido (ou nulo)²⁷ da RRVS e dos seus objectivos por parte da comunidade escolar, deverá perfilar-se como um momento de apresentação/introdução aos fundamentos e conteúdos genéricos do projecto da Rota do Românico.

Deste modo, cada Plano Educativo da RRVS deverá manter, um conjunto de actividades permanentes (exposições, visitas, concursos...) que será complementado com outras a introduzir no âmbito de cada ano lectivo. Nos primeiros Planos Educativos a desenvolver não será pertinente a introdução de muitas e complexas actividades/iniciativas que tornem o projecto excessivamente denso e ambicioso. As escolas, além de estarem envolvidas – assim o esperamos – nos seus projectos de Agenda 21, são alvo também de um crescente número de solicitações para a fruição de eventos e serviços facultados por outras estruturas e instituições

²⁷ Os cinco docentes do 1.º ciclo questionados no âmbito deste trabalho revelaram um total desconhecimento do projecto da RRVS. Não sendo uma amostra representativa do universo dos docentes do 1.º ciclo do Vale do Sousa não deixa, porém, de ser um sinal inquietante a ter em conta...

(bibliotecas, museus, arquivos, parques...). A melhor opção passará por projectos mais elementares com uma importante componente lúdica que, de forma segura e progressiva, serão reforçados e eventualmente alargados a outros níveis de escolaridade (básico, secundário e superior) nos anos seguintes.

IV.1 Objectivos Gerais

- Divulgar e promover a RRVS junto da comunidade escolar do 1.º ciclo do ensino básico, em particular, e da população do Vale do Sousa, em geral;
- Destacar a importância do património histórico, arquitectónico e artístico, em especial do Românico, enquanto símbolo da memória colectiva e potencial factor de dinamização turística;
- Sensibilizar e valorizar o papel do turismo para o desenvolvimento cultural, económico e social das regiões e países;
- Incentivar atitudes e comportamentos ambientalmente correctos, numa lógica de desenvolvimento sustentável, fomentando o envolvimento e a participação activa, crítica e responsável da população;
- Estimular a cooperação entre a entidade gestora da RRVS e as instituições privadas e públicas do Vale do Sousa, com destaque para os estabelecimentos de ensino.

IV.2 Programa de Actividades

Nas páginas seguintes apresentamos um conjunto de actividades lúdico-pedagógicas que a RRVS, através do seu Serviço Educativo, poderá propor aos estabelecimentos de ensino e demais interessados do Vale do Sousa e contexto regional envolvente.

Este programa foi definido e planificado em função do ano escolar propondo, no mínimo, uma iniciativa ou actividade para cada mês. São indicados, para cada uma das actividades, os objectivos específicos a atingir bem como, nalguns casos, apontadas outras sugestões alternativas e/ou complementares.

Algumas das actividades para a RRVS que propomos têm em conta outras que habitualmente já são realizadas, quer pelas próprias escolas, quer por outras entidades, nomeadamente pelos municípios.

ACTIVIDADE (CALENDÁRIO)
DESCRIÇÃO
<p style="text-align: center;">Apresentação do “Plano Educativo da RRVS” (Setembro)</p> <p>O Serviço Educativo da RRVS dará a conhecer aos professores o plano de actividades proposto para o ano lectivo. Esta iniciativa deverá ser realizada no início do mês, permitindo aos docentes escolher atempadamente as actividades que desejam efectuar de modo a integrá-las, desde logo, no Plano Anual de Actividades das escolas a que pertencem. A apresentação poderá ser realizada em sessões colectivas por Município e, depois, em reuniões por escola/agrupamento.</p>
<p style="text-align: center;">Lançamento do “Passaporte do Românico” (Setembro)</p> <p>Nas sessões supracitadas poderá também ser apresentado o “Passaporte do Românico”. Com duas versões, juvenil e adulto, trata-se de um caderno de reduzidas dimensões com as informações essenciais (e pequenas actividades) de cada um dos 21 monumentos da RRVS e outros dados relativos a estruturas e serviços de apoio da envolvente. A obtenção dos 21 carimbos da Rota dará direito a vários prémios (oferta/descontos nas publicações, <i>merchandising</i>, alojamento...). A valorização da RRVS e o fomento da mobilidade turística (e estudantil) no âmbito da Rota e da região do Vale do Sousa constituem os principais objectivos deste “Passaporte do Românico”.</p>
<p style="text-align: center;">“Semana do Românico” (22 a 27 de Setembro)</p> <p>No âmbito das comemorações das Jornadas Europeias do Património (22/23) e do Dia Mundial do Turismo (27), serão desenvolvidas múltiplas actividades de animação da RRVS destinadas a toda a população, sobretudo à escolar. De carácter anual, na Semana do Românico realizar-se-ão: visitas guiadas; percursos viários e pedestres; colóquios; espectáculos de teatro e música; projecções multimédias nos Centros de Informação e Interpretação; oficinas; exposições; mostras documentais; lançamento de publicações; feiras medievais, etc.</p>

Concurso Escolar “Novos Olhares da RRVVS” (Outubro)

Esta iniciativa, já prevista no Plano de Acção da RRVVS (DHV FBO, 2004 b, p. 61), traduzir-se-á pela elaboração de desenhos em serigrafia. Os três melhores trabalhos serão reproduzidos e colocados à venda em vários locais da Rota. Em alternativa, propomos um outro concurso em que, anualmente, cada turma do 1.º ciclo escolherá um monumento da RRVVS. Ao longo do ano lectivo, esse monumento será objecto de um trabalho exploratório, inserido na Área de Projecto, que implicará diversas acções (pesquisa, recolha, tratamento e análise de informação; visita ao local...) e que se poderá materializar em maquetas, cartazes, livros, etc. Os melhores trabalhos terão direito a prémios e deverão ser exibidos numa exposição colectiva. Com esta iniciativa, as inúmeras escolas do Vale do Sousa ficarão, ao final de poucos anos, com um extenso acervo documental (e recursos pedagógicos) sobre a RRVVS.

Programa Regular de Actividades Educativas da RRVVS (Novembro)

Neste mês, o Serviço Educativo da RRVVS poderá dar início às actividades educativas, de carácter regular, destinadas às escolas do 1.º ciclo. Entre as diversas possibilidades contam-se: visitas de estudo guiadas aos monumentos e Centros de Informação e Interpretação da Rota; apoio às exposições itinerantes, preferencialmente de cariz interactivo; sessões temáticas da RRVVS, realizadas pelos monitores nas próprias escolas, que incluirão momentos de leitura (“Hora do Conto”), de palestra, de debate, de oficina e outras actividades experimentais (desenho, pintura, escultura, reutilização de materiais, construção de maquetas e puzzles, jogos didácticos...). Será importante que o citado Serviço elabore um Caderno Pedagógico ou CD-Rom interactivo da RRVVS, contendo questionários, palavras cruzadas, crucigramas, labirintos, adivinhas, sopas de letras, união de pontos, simetrias e outros pequenos exercícios lúdico-pedagógicos de exploração da Rota e de outras temáticas ambientais. Por último, no âmbito do Programa Regular de Actividades da RRVVS também poderão ser iniciadas as acções de formação para professores e outros profissionais do Vale do Sousa.

Campanha Temática “O Natal na RRVVS” (Dezembro)

Na época festiva natalícia algumas iniciativas poderão contribuir para a promoção da Rota, aproximando a população dos objectos patrimoniais românicos. Além das celebrações litúrgicas habitualmente celebradas nas igrejas que integram a RRVVS, poderão ainda aí decorrer concertos musicais, presépios ao vivo e outras pequenas dramatizações. Por outro lado, no contexto das escolas, poderão ser elaborados ecológicos presépios e árvores de Natal com o recurso a materiais usados de cartão, de plástico e de metal para construir os respectivos adereços. Entre eles poderão estar réplicas de monumentos da RRVVS, tais como igrejas, pontes, torres e castelos.

Congresso Anual da RRVS (Janeiro)

Numa organização da entidade gestora da RRVS e com o patrocínio das entidades locais, públicas e privadas, este Congresso deverá reunir um conjunto de reputados investigadores e historiadores de arte, nacionais e internacionais, designadamente de Espanha e França. Este evento, realizado anualmente, poderá – desejavelmente, assumir-se como uma referência de investigação românica em Portugal e será dirigido não apenas aos especialistas mas a todos os interessados na matéria, incluindo os professores e outros profissionais envolvidos, directa ou indirectamente, no projecto pedagógico da RRVS. Este Congresso, além das intervenções dos palestrantes convidados, deverá contemplar também “workshops”, saídas de campo, lançamento ou divulgação de publicações sobre a Rota e actividades de animação complementares.

Campanha Temática “O Carnaval na RRVS” (Fevereiro)

Esta iniciativa, tal como a realizada no Natal, pretenderá estimular a relação afectiva entre a população local e os objectos patrimoniais da RRVS. Os habituais desfiles de Carnaval desenvolvidos pelas escolas do 1.º ciclo e pelos jardins-de-infância desta região poderão, sempre que possível do ponto de vista logístico, ter o seu início e/ou final nos espaços envolventes, por exemplo, das catorze igrejas que integram a Rota, numa curiosa simbiose entre o profano e o sagrado. Oficinas de pintura facial, caças ao tesouro, “peddy-papers”, jogos tradicionais e de cooperação poderão constituir algumas das acções de animação deste programa.

Concurso de Fotografia “À Descoberta da RRVS” (Março)

Destinado a todos os amantes da fotografia, amadores e profissionais, este concurso anual será uma boa oportunidade para proceder à divulgação e promoção turística da Rota e da multiplicidade de valores culturais, naturais e paisagísticos do Vale do Sousa. Os trabalhos deverão retratar os elementos patrimoniais da RRVS, sobretudo na perspectiva do seu enquadramento com o meio envolvente. Esta iniciativa decorrerá até ao final do Verão e deverá contemplar interessantes prémios para atrair fotógrafos de outros pontos do país. Os melhores trabalhos deverão ser expostos e utilizados na concepção de postais, cartazes e outros materiais promocionais da Rota.

Em Março, a RRVS também se poderá associar, eventualmente, às comemorações de algumas datas, tais como os Dias do Pai (19), do Estudante (24) e do Livro Português (26), bem como os Dias Mundiais da Floresta (21), do Poeta (21), da Água (22), do Teatro (27) e da Juventude (28).

Comemoração do Dia Mundial dos Monumentos e Sítios (18 de Abril)

Esta efeméride poderá ser aproveitada, mais uma vez, para desenvolver algumas interessantes e pertinentes actividades relacionadas com a RRVS, quer no contexto dos espaços escolares, quer no contexto de saídas de campo: visitas de estudo guiadas aos objectos patrimoniais e Centros/Núcleos de Informação e Interpretação; realização de pequenos questionários; percursos pedestres de descoberta e interpretação da envolvente (paisagens, fauna, flora, povoações, actividades económicas...) dos monumentos; jogos ambientais; recriação de cenas da época; mostras de armas, utensílios e ferramentas medievais, etc.

Visita Temática “Ao Encontro da RRVS” (Maio)

Os meses de Maio e Junho, dado o aproximar do final do ano lectivo e à própria melhoria das condições atmosféricas, são aproveitados normalmente pelos estabelecimentos de ensino para efectuarem várias actividades lúdico-pedagógicas, em especial, as que implicam saídas de campo e outras visitas de estudo. Deste modo, será um período privilegiado para o Serviço Educativo da Rota dinamizar visitas, exposições, jogos, etc. Em Maio, a RRVS poderá desenvolver igualmente algumas iniciativas promocionais no âmbito das celebrações do Dia Europeu da Música (5) e dos Dias Internacionais das Famílias (15) e dos Museus (18).

A RRVS na “Semana das Crianças e do Ambiente” (1 a 5 de Junho)

Nos últimos anos, os Municípios do Vale do Sousa têm vindo a desenvolver no âmbito do Dia Mundial da Criança e do Dia Mundial do Ambiente, um conjunto alargado de acções relacionadas com aquelas temáticas. Naturalmente, esta Semana das Crianças e do Ambiente deverá incluir também actividades ligadas à RRVS que, além de a divulgarem e valorizarem, poderão contribuir para destacar a importância da preservação do património cultural (construído e imaterial) da região. Para esse efeito, será muito importante que, atempadamente, o Serviço Educativo da RRVS e os serviços dos Municípios (Divisões da Educação, Cultura, Desporto, Juventude...) responsáveis pela organização destes eventos estabeleçam acções de parceria e cooperação.

Programa de Ocupação de Férias (Julho e Agosto)

Durante os períodos de interrupção das actividades lectivas, incluindo o Natal e a Páscoa, poderão ser concebidos Programas de Ocupação de Férias/Tempos Livres, contemplando um extenso e diversificado rol de actividades educativas, lúdicas e de animação da própria RRVS. Entre as possíveis iniciativas para este período contam-se igualmente os já citados ateliers de “Iniciação à Arquitectura Românica” e os “Cursos de Verão em parceria com a AURN – Associação das Universidades da Região Norte” (DHV FBO, 2004 b, pp. 61-62). As visitas guiadas regulares para turistas e visitantes terão o seu apogeu neste período estival.

Conclusão

A Rota do Românico, enquanto projecto turístico catalizador do desenvolvimento do Vale do Sousa, enfrenta desafios de vária ordem. O meritório trabalho executado até ao momento ao nível da reabilitação dos elementos patrimoniais, da qualificação dos recursos humanos e das iniciativas promocionais precisa, naturalmente, de ser alargado a outros domínios. Será necessário uma maior afectação de recursos financeiros e humanos, uma crescente e empenhada cooperação institucional e um maior envolvimento (e compromisso) dos múltiplos actores públicos e privados.

Definido, desde os primeiros estudos, como um dos segmentos alvo da RRVS, a comunidade escolar, poderá contribuir para a afirmação da Rota nesta região, ao assumir-se como uma parceira estratégica, capaz de rapidamente impulsionar o projecto, antes ainda da sua consolidação como produto turístico.

Se o grau de conhecimento dos docentes sobre a RRVS é ainda deficitário, não deixa de ser, porém, um bom sintoma o grande interesse que eles revelaram pelo projecto na altura em que responderam ao nosso questionário. Apesar dos momentos conturbados que se vivem actualmente no seio da educação, do reordenamento da rede escolar, das barreiras logísticas e do crescente número de solicitações e responsabilidades, a população escolar está receptiva a novos desafios, sobretudo a todos aqueles que pela sua pertinência temática, enquadramento curricular e ligação afectiva ao contexto local forem mais estimulantes e exequíveis.

A constituição de um dinâmico Serviço Educativo da RRVS, dotado de recursos humanos e materiais, apresenta-se como um dos pressupostos fundamentais para a planificação e execução de programas, iniciativas e actividades de cariz recreativo e pedagógico que tenham os objectos patrimoniais da Rota como grandes protagonistas. Estes objectos deverão contribuir para a construção de outras aprendizagens, nomeadamente as que reforcem, no contexto da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, a importância da conservação da natureza e a preservação da biodiversidade e do património cultural.

As actividades pedagógicas da Rota, apresentadas anualmente às escolas através de um Plano Educativo, deverão naturalmente enquadrar-se nas aprendizagens e competências, integrando

os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores, defendidas pelo currículo nacional do ensino básico. Pelo seu carácter multidisciplinar e transversal, as acções que preconizamos facilmente se integram e adaptam a todas as componentes (disciplinares, não disciplinares e de enriquecimento) do citado currículo. O Estudo do Meio e a Área de Projecto, como frisaram os cinco professores do 1.º ciclo, serão provavelmente as que maiores “benefícios” recolherão do projecto educativo da RRVS.

As escolas, embora possam aderir e participar nas citadas actividades de uma forma isolada, deverão – esperamos, fazê-lo no contexto mais abrangente de um processo de Agenda 21 Escolar, preparando e realizando um plano de acção para procurar a sustentabilidade à escala da escola e da envolvente onde está inserida. Invocando dificuldades ao nível dos necessários recursos materiais e espaços físicos, os professores que consultamos mostraram maiores reticências à implementação dos projectos de Agenda 21. Contudo, julgamos que com o empenho de alguns docentes, com uma adequada sensibilização e com o apoio das autarquias locais e de outras instituições (incluindo a RRVS), as escolas do 1.º ciclo pelas suas características e dimensões serão precisamente aquelas que melhores condições reunirão para despoletar planos de sustentabilidade. Estes contribuirão para a melhoria da qualidade ambiental e para o crescente aparecimento de cidadãos mais críticos, mais responsáveis e mais participativos na vida da comunidade.

Bibliografia

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa (2006 a). Programa Eco-Escolas. Disponível em <http://www.abae.pt/>. [Consultado em 19/10/2006].

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa (2006 b). Eco-Escolas: Guia do Professor. Disponível em <http://abae.pt/ee/ee.guiaprofessor.pdf>. [Consultado em 19/10/2006].

Agenda 21 Local do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Disponível em <http://www.eixo21.com/>. [Consultado em 04/09/2006].

Agenda 21 Local de S. J. Madeira. Disponível em <http://www.agenda21sjm.org/>. [Consultado em 04/09/2006].

Agenda 21 Local de Santo Tirso. Disponível em <http://www.agenda21-stirso.org/>. [Consultado em 04/09/2006].

Decreto-Lei n.º 6/2001. Reorganização do Currículo do Ensino Básico. *Diário da República*, I Série-A, N.º 15 de 18 de Janeiro de 2001, pp. 258-265.

Despacho n.º 12 591/2006. Programa de Alargamento e Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo. *Diário da República*, II Série, N.º 115 de 16 de Junho de 2006, pp. 8783-8787.

DHV FBO Consultores, S.A. (2004 a). Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa (parte I): Enquadramento e Estruturação da Rota do Românico do Vale do Sousa. Disponível em <http://www.adersousa-rrvs.com/plano.asp>. [Consultado em 26/06/2006].

DHV FBO Consultores, S.A. (2004 b). Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa (parte II): Plano de Acção e Estratégia de Marketing e de Promoção da Rota do Românico do Vale do Sousa. Disponível em <http://www.adersousa-rrvs.com/plano.asp>. [Consultado em 10/08/2006].

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2006). Disponível em <http://www.desenvolvimentosustentável.pt>. [Consultado em 16/08/2006].

Fidélis, T. e Pinho, R. (2004). A Agenda 21 Local e a Educação Ambiental – contributos para uma estratégia nacional. Disponível em [http://www.idad.ua.pt/downloads/Chaves%20aspea _AL21.pdf#search=%22Teresa%20Fid%C3%A9lis%22](http://www.idad.ua.pt/downloads/Chaves%20aspea_AL21.pdf#search=%22Teresa%20Fid%C3%A9lis%22). [Consultado em 02/09/2006].

Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto. Disponível em http://www.futuro_sustentavel.org/. [Consultado em 04/09/2006].

Instituto do Ambiente (2006). Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Amadora, Instituto do Ambiente.

ME – Ministério da Educação (2001). Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais. Lisboa, Departamento da Educação Básica.

ME – Ministério da Educação (2004). Organização e Programas: 1.º Ciclo do Ensino Básico (4.ª Ed.). Lisboa, Departamento da Educação Básica.

Novas do Vale do Sousa (2006-09-22). Comemoração das Jornadas Europeias do Património. Penafiel, Novas do Vale do Sousa, Comunicação Social, S.A., p.19.

Pose, H. (2001). A Educación Patrimonial como instrumento da Política Cultural dos Concelhos. In Pazos, A., Porto, H. e Garcia, F. (coord.). *Educación ambiental nas cidades, nas vilas, nas aldeas*. Coruña, Deputación Provincial da Coruña, pp. 37-47.

Schmidt, L., Nave J., Guerra, J. (2005). Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e as Novas Estratégias Ambientais. Porto, Fronteira do Caos Editores.

UCP – Universidade Católica Portuguesa / Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia (2004). Agenda 21 na Escola – Ideias para Implementação. Disponível em http://www.futurosustentavel.org/fotos/plano/Caderno_A21.pdf. [Consultado em 04/09/2006].

Weissmann H. e Llabrés A. (2001). Guia Per Fer L'Agenda 21 Escolar. Disponível em http://www.bcn.es/agenda21/A21_ESCOLAR.htm. [Consultado em 04/09/2006].

ANEXOS

Anexo I – Modelo do Questionário efectuado aos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Questionário

Nome do Professor: _____

Nome da Escola: _____

Responda, por favor, às seguintes questões de forma sintética:

1 – Já conhecia o projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS)? Como o conheceu?

2- Após a análise do projecto educativo e das iniciativas que este trabalho propõe para a RRVS, considera que elas se enquadram nos programas curriculares do 1º ciclo? Em que áreas/disciplinas?

3- Julga que o Programa de Actividades apresentado poderá merecer a adesão e a participação activa das escolas do 1º ciclo? Porquê?

4- E as escolas serão capazes de planear e realizar projectos de educação ambiental (Agenda 21 Escolar) nas suas instalações ou espaços envolventes? Quais as principais dificuldades?

5- Aproveite as linhas seguintes para deixar observações e sugestões ao trabalho que acabou de ler.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Penafiel, 18 de Outubro de 2006

António Coelho

Anexo II – Identificação dos Professores do 1.º Ciclo questionados no âmbito deste Trabalho

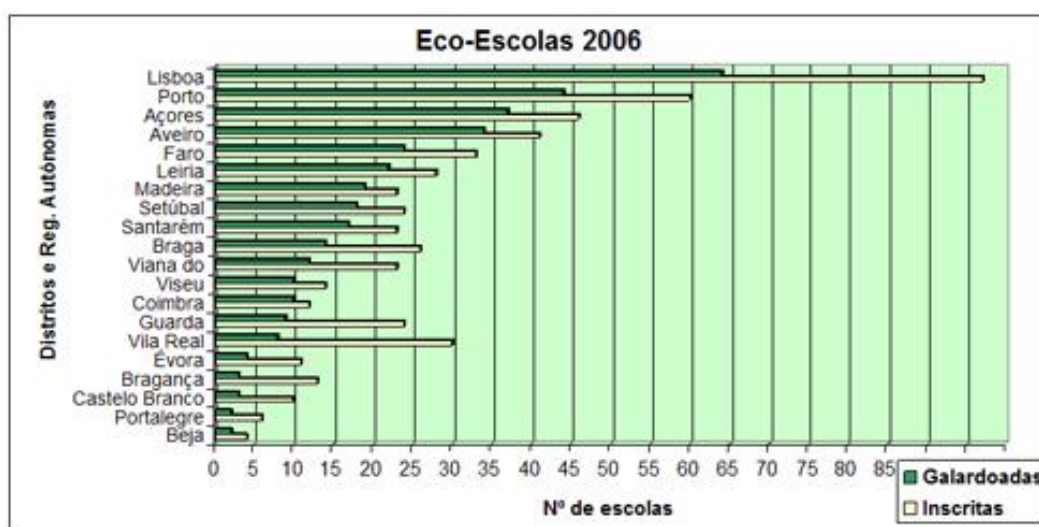
Nome	Escola	Freguesia	Concelho
Fátima Silva	EB 1 de Tojais	S. Miguel de Paredes	Penafiel
Joaquina Bessa	EB 1 de Tojais	S. Miguel de Paredes	Penafiel
Susana Ribeiro	EB 1 de Tojais	S. Miguel de Paredes	Penafiel
Florbela Ribeiro	EB 1 de Bouças	Soalhães	M. Canaveses
Helena Soares	EB 1 de Bouças	Soalhães	M. Canaveses

Anexo III – Evolução do N.º de Municípios e de Escolas Inscritas e Galardoadas no Programa Eco-Escolas (1996 – 2006)



Fonte: <http://www.abae.pt/>, 2006.

Anexo IV – Distribuição por Distrito do N.º de Escolas Inscritas e Galardoadas no Programa Eco-Escolas em 2006



Fonte: <http://www.abae.pt/>, 2006.

Anexo V – Rede Escolar Pública do Vale do Sousa. Ano Lectivo 2005/2006

	C. Paiva	Felgueiras	Lousada	P. Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Escolas Básicas de 1.º Ciclo	28	26	22	32	39	55	202
Escolas Básicas de 1.º Ciclo c/ Jardim-de-infância	0	15	12	10	19	19	75
Escolas Básicas de 2.º e 3.º Ciclos	2	5	4	4	5	5	25
Escolas Básicas de 2.º e 3.º Ciclos c/ Secundário	0	0	0	0	1	0	1
Escolas Profissionais	0	2	0	1	1	0	4
Escolas do Ensino Básico Mediatizado	0	0	0	0	0	2	2
Escolas Secundárias c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico	1	2	1	1	3	2	10
Ensino Pós – Secundário	0	0	0	0	0	1	1
Jardins-de-Infância	21	16	23	18	32	39	149
Total	52	66	62	66	100	123	469
Agrupamentos de Escolas	2	5	5	4	8	6	30

Fonte: DREN / GIASE/ Sites das CM, 2005 (Adapt.).

Anexo VI – Plano Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Componentes do Currículo	
Educação para a Cidadania	Áreas Curriculares Disciplinares de Frequência Obrigatória: Língua Portuguesa; Matemática; Estudo do Meio; Expressões: Artísticas (Educação Plástica, Dramática, Musical); Físico-Motoras.
	Áreas Curriculares Não Disciplinares: Área de Projecto; Estudo Acompanhado; Formação Cívica.
	Total: 25 horas
	Área Curricular Disciplinar de Frequência Facultativa: Educação Moral e Religiosa.
	Total: 1 hora
TOTAL: 26 horas	
Actividades de Enriquecimento Curricular: (inglês, apoio ao estudo, actividade física e desportiva, música, outras expressões artísticas...)	

Fonte: Ministério da Educação, 2004 (Adapt.).

Anexo VII – Expressão e Educação Plástica – Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem, Objectivos Específicos e Actividades que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Blocos	Actividade
1- Descoberta e Organização Progressiva de Volumes	Modelagem e Escultura
	Construções
2- Descoberta e Organização Progressiva de Superfícies	Desenho (Livre e Sugerido)
	Pintura (Livre e Sugerida)
3- Explorações de Técnicas Diversas de Expressão	Recorte, Colagem, Dobragem
	Impressão
	Cartazes

Fonte: Ministério da Educação, 2004.

Anexo VIII – Educação Físico-Motora. Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem e Actividades que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Bloco	Actividades
1	Perícia e Manipulação
2	Deslocamentos e Equilíbrios
3	Ginástica
4	Jogos
6	Actividades Rítmicas Expressivas
7	Percursos na Natureza

Fonte: Ministério da Educação, 2004.

Anexo IX – Estudo do Meio – Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Selecção dos Blocos de Aprendizagem e Objectivos Específicos, por Ano de Escolaridade, que mais se enquadram no Plano Educativo da RRVS

Bloco 1 – À Descoberta de Si Mesmo	
1º Ano	<p>5. A Segurança do seu Corpo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e aplicar normas de prevenção rodoviária <p>6. O seu Passado Próximo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descrever a sucessão de actos praticados ao longo do dia, da semana...

2º Ano	<p>4. A Saúde do Seu Corpo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e aplicar normas de higiene alimentar (importância da água potável...)
3º Ano	<p>3. A Saúde do Seu Corpo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância do ar puro e do sol para a saúde
4º Ano	<p>2. A Segurança do seu Corpo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar alguns cuidados a ter com a exposição solar • Conhecer e aplicar regras de prevenção de incêndios (nas habitações, locais públicos, florestas...)
<p>Bloco 2 – À Descoberta dos Outros e das Instituições</p>	
2º Ano	<p>4. Instituições e Serviços Existentes na Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contactar e recolher dados sobre colectividades, serviços de saúde...
3º Ano	<p>3. O Passado do Meio Local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral... • Conhecer factos e datas importantes para a história local... • Conhecer vestígios do passado local (construções, costumes locais...) • Reconhecer a importância do património histórico local
4º Ano	<p>1. O Passado do Meio Local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar sobre o passado de uma instituição local, recorrendo a fontes orais e documentais para a reconstituição do passado da instituição <p>2. O Passado Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer personagens e factos da história nacional com relevância para o meio local
<p>Bloco 3 – À Descoberta do Ambiente Natural</p>	
1º Ano	<p>1. Os Seres Vivos do Seu Ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer alguns cuidados a ter com as plantas e os animais • Reconhecer manifestações da vida vegetal e animal <p>2. Os Aspectos Físicos do Meio Local (as condições atmosféricas, a água na natureza...):</p> <p>3. Identificar Cores, Sons e Cheiros da Natureza (das plantas, do solo, dos cursos de água, dos animais, do vento...)</p>

2º Ano	<p>1. Os Seres Vivos do Seu Ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Observar e identificar algumas plantas e animais mais comuns existentes no ambiente próximo <p>2. Os Aspectos Físicos do Meio Local (as condições atmosféricas, as estações do ano...)</p>
3º Ano	<p>1. Os Seres Vivos do Ambiente Próximo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comparar e classificar plantas e animais • Identificar alguns factores do ambiente que condicionam a vida das plantas e dos animais <p>2. Aspectos Físicos do Meio Local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolher amostras de diferentes tipos de solo e de rochas existentes no ambiente próximo • Distinguir formas de relevo e meios aquáticos existentes na região
4º Ano	<p>1. Aspectos Físicos do Meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e observar fenómenos (condensação, solidificação, precipitação...) • Reconhecer nascentes e cursos de água
Bloco 4 – À Descoberta das Inter-Relações Entre Espaços	
3º Ano	<p>3. Os Diferentes Espaços do Seu Bairro ou Localidade (habitação, comércio, lazer...):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer as funções desses espaços • Representar esses espaços (desenhos, pinturas...) • Localizar esses espaços numa planta do bairro ou localidade <p>4. Deslocações dos Seres Vivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer que as pessoas se deslocam (para a escola, para o trabalho, para férias...) <p>5. O Comércio Local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contactar, observar e descrever diferentes locais de comércio
4º Ano	<p>2. Os Aglomerados Populacionais (aldeias, vilas e cidades)</p>
Bloco 5 – À Descoberta dos Materiais e Objectos	
–	

Bloco 6 – À Descoberta das Inter-Relações entre a Natureza e a Sociedade	
3º Ano	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Agricultura do Meio Local (produtos, factores naturais, técnicas, perigos para o ambiente...) 2. A Criação de Gado no Meio Local (espécies animais, tipos de exploração, poluição...) 3. A Exploração Florestal do Meio Local (espécies florestais, funções, incêndios...) 4. A Actividade Piscatória no Meio Local (locais de pesca, espécies, funções...) 5. A Exploração Mineral do Meio Local (locais de exploração, produtos, poluição...) 6. A Indústria do Meio Local (tipos de indústrias, matérias-primas, poluição...) 7. O Turismo no Meio Local: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar alguns factores de atracção turística (monumentos, parques naturais...) • Reconhecer algumas infra-estruturas turísticas da região (hotéis, restaurantes...) • Discutir vantagens e desvantagens do turismo para a região 8. As Construções do Meio Local: <ul style="list-style-type: none"> • Observar edifícios construídos e em diversas fases de construção • Identificar materiais utilizados na sua construção • Reconhecer funções dos edifícios (habitação, comércio...) • Reconhecer outras construções (pontes, estradas...) • Reconhecer a importância e a necessidade dos espaços de lazer (jardins, recintos desportivos...)
4º Ano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Principais Actividades Produtivas Nacionais 2. A Qualidade do Ambiente <ul style="list-style-type: none"> • A qualidade do ambiente próximo (factores de degradação do meio – lixeiras, património..., soluções e formas de promoção do ambiente) • A qualidade do ar (poluição atmosférica, importância das florestas...) • A qualidade da água (formas de poluição dos cursos de água...) • Reconhecer algumas formas de poluição sonora (fábricas, automóveis...) • Identificar desequilíbrios ambientais provocados pela actividade humana

Fonte: Ministério da Educação, 2004.